

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 128

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 18 DE SETEMBRO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 09: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 09: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02 - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PPS - 02: Marcos Isfer - Cezar Silvestri; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 088ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
18 DE SETEMBRO DE 2001**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Nelson Tureck e Cezar Silvestri.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PDT: Eli Ghellere, Luiz Carlos Zuk; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSB: Moysés Leônidas, Ricardo Maia, Hidekazu Takayama; PSC: Miltinho Pupio; PSDB: José Maria Ferreira, Luiz Fernandes da Silva Litro, Neivo Beraldin, Sérgio Spada, Renato Gaúcho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Tony Garcia; PL: Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PST: Divanir Braz Palma; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana; Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Waldyr Pugliesi; PTB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Carlos Simões, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Ricardo Chab, Thiago Amorim Novaes; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Chico Noroeste, Custódio da Silva, Durval Amaral, Nelson Tureck, Plauto Miró Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está em discussão a Ata que acaba de ser lida.

Aprovada.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. RENATO GAÚCHO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, solicito chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

A Mesa defere e procederá à chamada nominal dos senhores deputados.

(É procedida a chamada nominal)

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, não consigo entender o esvaziamento do plenário. Acho que cada um tem a sua posição, mas quero aqui dizer que a Assembléia Legislativa do Paraná teve uma parte matinal de uma produtividade extraordinária, hoje, em uma CPI que começou às 09h30min, terminando por volta de 12h00, 12h30min, questionando o assunto da telefonia. Paralelo a esta CPI, nós, parlamentares da Comissão de Educação, deputados Ângelo Vanhoni, José Maria Ferreira e Algaci Tulio, tivemos um debate dos mais interessantes a respeito das questões da educação no Estado do Paraná.

Ao mesmo tempo, senhor presidente, quero fazer aqui essa posição do Legislativo: tivemos essa parte matinal da Assembléia, de uma extraordinária produtividade e vemos uma inércia, uma apatia na parte da tarde, quando não temos deputados em plenário, quando acabamos e saímos, agora, da Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia, com oito parlamentares. Não consigo entender qual é a razão do esvaziamento.

Quero deixar aqui o meu protesto e ao mesmo tempo dizer que, ontem, nesta Casa, senhor presidente, nós aprovamos um requerimento de minha autoria assinado por vários parlamentares, exigindo, pedindo ao presidente da CBF, para que mantivesse o jogo do Brasil contra o Chile, aqui em Curitiba, no próximo dia 07.

Para dizer, então, para este Plenário, aqueles que votaram favoráveis ao requerimento, que realmente o jogo de Brasil e Chile está confirmado. Foi confirmado ontem, no final da tarde, para ser realizado aqui em Curitiba.

Evidentemente que podem dizer: mas não foi o requerimento da Assembléia que fez o presidente da CBF, Ricardo Teixeira, manter o jogo, mas houve uma pressão de vários setores, incluindo a Assembléia do Estado do Paraná, que pressionou, no sentido de que se mantivesse o jogo aqui na Capital do Estado.

Portanto, está mantido para o dia 07 o jogo.

Muito obrigado.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Tem quórum, senhor presidente. Acho que dá para suspender a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Já tem quórum. Os deputados que aprovam a Ata permaneçam como estão. **Aprovada.**

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:**REQUERIMENTO Nº 2969**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar à família do senhor Basílio Zambom, falecido dia 16 de setembro, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 18.09.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2979

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, a consignação da Ata da presente Sessão Plenária, de votos de pesar para a família do Sr. Renato Silva, vereador do município de Wenceslau Braz, pelo falecimento de seu filho.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada, à Rua Barão do Rio Branco, 271, Centro - CEP 84950-000, Wenceslau Braz / PR.

Sala das Sessões, em 18.09.2001.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 2980

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Adélia Hecke Barwick, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 18.09.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2981

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Ivete Coradim Godoy, aos 74 anos de idade, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 18.09.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3000

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Sra. Helena Boeira Bertusso e família, à Rua João Nascimento Lopes, nº 945, pelo falecimento do Sr. Alduíno Luiz Bertusso, no município de Laranjeiras do Sul / PR.

Sala das Sessões, em 18.09.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A morte do Sr. Alduíno Luiz Bertusso foi de grande consternação para Laranjeiras do Sul. Homem de bem, deixou uma marca que com certeza nem o tempo apagará. Calmo, sereno, honrado, soube se conduzir nos caminhos do bem e por isso adquiriu a simpatia da maioria da população.

“Seu” Alduíno, como era carinhosamente chamado, tinha um jeito ímpar de viver. Jamais alguém o encontrou irado. Sempre sorridente e atencioso, atendia a todos com cortesia e urbanidade.

Os familiares e amigos terão imensa responsabilidade em manter vivos os legados deixados pelo falecido e o município de Laranjeiras do Sul, bem como outras localidades onde a enorme família Bertusso está esparramada, perdeu um verdadeiro baluarte. A sua morte deixa uma lacuna que será sentida por todas as pessoas de bem.

A Assembléia Legislativa do Paraná, tem o dever de fazer uma justa homenagem a uma pessoa que em vida se dedicou para que a justiça prevalecesse sempre. Por isto este parlamentar, que era amigo pessoal do grande cidadão que deixou esta Terra, solicita o apoio de todos a fim de que os familiares fiquem sabendo que o Sr. Alduíno Luiz Bertusso ficará com o seu nome gravado nos Anais da história do Paraná.

Projetos de Lei:**PROJETO DE LEI Nº 454/2001**

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído no âmbito do Estado do Paraná o Programa Estadual de Arrendamento Comunitário de Propriedades Rurais, denominado institucionalidade de “Terra Solidária”.

Art. 2º - Arrendamento é o contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder a outra, por tempo indeterminado ou não, o uso e gozo de imóvel rural, parte ou partes do mesmo, incluindo ou não, outros bens, benfeitorias e/ou facilidades, com o objetivo de nele ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agroindustrial, extrativa ou mista, mediante certa retribuição ou aluguel, observados os limites percentuais da lei.

Art. 3º - O Programa será coordenado por uma Secretaria de Estado afim, em parceria com as Associações Microrregionais, que farão o intercâmbio entre os sindicatos patronais e dos trabalhadores rurais, responsáveis pela supervisão dos contatos firmados entre os proprietários rurais e os municípios, com orientação, assistência técnica e extensão rural da Empresa Paranaense de Assistência Técnica - Emater/PR, responsável pelo gerenciamento e elaboração dos projetos de crédito.

Art. 4º - A autorização para participação do município junto ao Programa e a respectiva fiscalização ficarão a cargo das respectivas Câmaras Municipais.

Art. 5º - O Programa destinará recursos financeiros para serem empregados em parceria com os municípios na formalização de arrendamento de áreas localizadas na zona rural que serão destinadas para o plantio comunitário por parte dos trabalhadores rurais volantes, agricultores sem-terra, pequenos proprietários rurais e mutuários do Programa Estadual de Vilas Rurais.

Art. 6º - O proprietário da área rural destinada ao arrendamento comunitário gozará dos incentivos fiscais, durante o período que a área estiver sendo utilizada para o Programa, conforme discriminados em regulamento próprio no âmbito do Estado, além daqueles que poderão ser promovidos especificamente pelo município, observados os preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial no artigo 14, parágrafo 1º.

Art. 7º - A organização dos arrendatários dar-se-á em cooperativas de trabalho, associações de classe e demais formas associativas aprovadas em assembléia geral.

Art. 8º - Os municípios proporão um Regimento Interno para coordenar a administração das atividades do grupo.

Art. 9º - Caberá ao Estado, em parceria com os municípios, em benefício do Programa Terra Solidária:

I - estabelecer programas especiais de crédito, assistência técnica e extensão rural;

II - executar obras de infra-estrutura física e social;

III - estabelecer programas de fornecimento de insumos básicos e de serviços de mecanização agrícola;

IV - criar mecanismos de apoio à comercialização da produção;

V - estabelecer programas de pesquisas que subsidiem o diagnóstico e acompanhamento sócio-econômico dos arrendamentos;

VI - promover cursos de formação destinados à organização comunitária, alfabetização de jovens e adultos, empreendedorismo e liderança, cidadania, preservação do meio ambiente, dentre outros de interesse da comunidade participante.

Art. 10 - O trabalho a ser desenvolvido pelos arrendatários deverá ser realizado sem utilização de empregados, num sistema de mútua colaboração, sem a existência de remuneração.

Art. 11 - Os municípios efetivarão as parcerias viabilizando junto às empresas cooperativas locais ou regionais a prestação de assistência técnica, aquisição da produção e insumos a preços subsidiados; aos Agentes Financeiros Oficiais o respectivo financiamento dos insumos; junto aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, a viabilização de recursos através dos organismos competentes e a legalização da atividade agrícola através das Agências do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS; junto aos Sindicatos Patronais, a intermediação com os proprietários das referidas áreas rurais para arrendamento, preparo do solo e plantio; junto à assessoria jurídica municipal e legalização dos contratos exigíveis pela legislação pertinente.

Art. 12 - Compete aos municípios o transporte dos insumos e da produção, a divisão e demarcação dos lotes, a intermediação das parcerias, a seleção dos beneficiários e a aquisição de equipamentos de segurança.

Art. 13 - Os prazos de arrendamento terminarão sempre depois de ultimada a colheita, inclusive a de plantas forrageiras temporárias cultiváveis, após a aparição dos rebanhos ou depois da safra de animais de abate; no caso de retardamento da colheita por motivo de força maior, considerar-se-ão esses prazos prorrogados nas mesmas condições, até sua ultimação.

Art. 14 - Presumem-se feitos pelo prazo de 03 (três) anos o arrendamento por tempo indeterminado, observada a regra do artigo anterior; no caso de o contrato fixar o prazo deve-se obedecer aos parâmetros seguintes:

I - de 03 (três) anos, nos casos em que ocorra atividade de exploração de lavoura temporária e/ou de pecuária de grande porte para cria, recria, engorda ou extração de matérias primas de origem animal;

II - de 07 (sete) anos, nos casos em que ocorra atividade de exploração florestal;

III - o arrendatário, no término do contrato, terá direito à indenização das benfeitorias necessárias ou úteis; quanto às voluptuárias, somente será indenizado se sua construção for expressamente autorizada pelo arrendador e enquanto não for indenizado das benfeitorias necessárias e úteis, o arrendatário poderá reter o imóvel em seu poder, no uso e gozo das vantagens decorrentes dos termos contratuais; quando as benfeitorias necessárias ou úteis forem feitas a expensas do arrendador, dando lugar a aumento nos rendimentos da gleba, terá ele direito a uma elevação proporcional de renda e não serão indenizáveis ao fim do contrato, salvo estipulação em contrário;

IV - a alienação do imóvel rural ou a instituição de ônus reais sobre ele, não interrompem o arrendamento, ficando o adquirente ou o beneficiário sub-rogado nos direitos e obrigações do alienante, ou do instituidor do ônus;

V - constará proibição de renúncia aos direitos ou vantagens estabelecidos em leis ou regulamentos, por parte dos arrendatários;

VI - em igualdade de condições com estranhos, o arrendatário terá preferência à renovação do arrendamento, bem como na aquisição do imóvel, se houver venda, não se beneficiando da preempção a pessoa jurídica.

Art. 15 - O Poder Executivo Estadual, através da Secretaria de Estado competente promoverá a regulamentação da presente lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 16 - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.09.2001.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A lei em epígrafe, justifica-se em atenção aos preceitos contidos na Constituição do Estado do Paraná, que no seu artigo 154, inciso IV, alíneas d, e; VIII, prevê que cabe ao Estado o estabelecimento de mecanismos de apoio à organização dos produtores em cooperativas, associações de classe e demais formas associativas; à agroindustrialização de forma regionalizada e, preferencialmente, no meio rural ou em pequenas comunidades, além de ações de conhecimento da realidade e o encaminhamento de soluções ao trabalhador rural, especialmente ao volante.

O Programa Terra Solidária objetiva a manutenção do homem do campo, evitando-se o constante êxodo rural e as migrações de família que verificamos durante os períodos de colheitas, inclusive, para outros Estados da Federação.

Como demonstrativo do grande alcance social da proposta em tela, anexamos em gráfico elaborado por técnicos da Emater/PR, que demonstram o custo de produção da cultura do algodão, dado como exemplo por tratar-se do produto agrícola que mais remunera mão-de-obra, tem mercado garantido e é tradicional na Microrregião Doze, área de abrangência da Comunidade dos municípios da Microrregião de Campo Mourão, a qual representamos nessa dought Casa de Leis.

Estamos certos de podermos contar com o apoio e a solidariedade dos nobres pares com assento no Parlamento estadual com vistas à aprovação dessa proposição que ora submetemos à análise e apreciação de V. Exas.

PROJETO DE LEI Nº 455/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Capítulo I

Da Estrutura das Faculdades

Art. 1º - Ficam regulamentadas as diretrizes que definem os cargos comissionados e funções gratificadas nas Faculdades, transformadas de Fundações em Autarquias por força da Lei nº 9663 de 16 de julho de 1991 que acolheu, em seu artigo 2º, todos os cargos dos servidores, docentes e técnico-administrativos das IES;

I - os Cargos em Comissão e Funções Gratificadas que se mantiveram por força da resolução 007 de 14 de março de 1991, baixada pela Secretaria de Estado, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI, na época denominada Secretaria Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, que estão sendo praticados por todas as Faculdades, passam a ser reconhecidos por esta lei;

II - os Cargos em Comissão de Diretor e Vice-Diretor, são decorrentes de delegação originária de processo eletivo, universal ou paritário de investidura do Governador do Estado;

III - Os Cargos em Comissão e de Funções Gratificadas estabelecidos pela Resolução 007/91, terão como base de cálculo os critérios estabelecidos pela SEAD, especificamente para as Faculdades.

Art. 2º - Os critérios que definem a estrutura administrativa das Faculdades, de acordo com a referida resolução, pelos quais foram implantados os referidos cargos, têm como parâmetro o número de alunos de graduação, como segue:

I - GRUPO 1 - Faculdade de porte pequeno - até 900 alunos;

II - GRUPO 2 - Faculdade de porte médio - de 901 a 1500 alunos;

III - GRUPO 3 - Faculdade de porte grande - acima de 1501 alunos.

Art. 3º - Ficam estabelecidos os seguintes cargos comissionados e cargos de função gratificada que compõem a estrutura administrativa das Faculdades:

- Diretor - DAS - (Cargo Comissionado)
- Vice-Diretor - DAS - (Cargo Comissionado)
- Secretário Geral ou Coordenador - Função Gratificada - (FG) - nível I
- Assessor - (FG) - nível I - Assessor sem vínculo - SGOC - Cargo SC09 - XX - (CC)
- Diretor de Departamento Administrativo e Secretário Acadêmico - (FG) - nível I
- Chefe de Gabinete do Diretor - (FG) nível I
- Chefe de Diretoria - (FG) nível II
- Chefe de Divisão - (FG) nível III
- Chefe de Setor - (FG) nível IV

Art. 4º - Para fins de atribuição da Função Gratificada e Cargos em Comissão, fica estabelecida a estrutura abaixo descrita, tendo como base os critérios definidos na Resolução 007/91 e nas atas assinadas pelos diretores das Faculdades junto à Secretaria de Estado da Administração, no mês de janeiro de 1996, como segue:

Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana - Ata de 12 de janeiro de 1996

- 9 (nove) Chefes de Divisão nível III
- 4 (quatro) Chefes de Setor nível IV
- 4 (quatro) Chefes de Diretoria nível II
- 5 (cinco) Cargos de Confiança do Diretor nível I

Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procopio - Fafi - Ata de 17 de janeiro de 1996

- 4 (quatro) Chefes de Setor IV
- 9 (nove) Chefes de Divisão III
- 4 (quatro) Chefes de Diretoria nível II
- 7 (sete) Cargos de Confiança do Diretor

Faculdade de Arte do Paraná - FAP - Ata de 30 de janeiro de 1998

- 05 (cinco) Chefes de Setor nível IV
- 02 (dois) Chefes de Divisão nível III
- 07 (sete) Coordenadores nível I (cargos de confiança do diretor)

Escola de Música e Belas Artes do Paraná - Embap - Ata de 12 de janeiro de 1996

- 05 (cinco) Chefes de Setor nível IV
- 02 (dois) Chefes de Divisão nível III
- 07 (sete) Cargos de Assessoria (de confiança do diretor)

Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão - Fecilcam - Ata de 15 de janeiro de 1996

- 04 (quatro) Chefes de Setor - nível IV
- 12 (doze) chefes de Divisão nível III
- 05 (cinco) chefes de diretorias nível II
- 07 (sete) cargos de assessoria

Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho - FAFIJA - Ata de 12 de janeiro de 1996.

- 06 (seis) chefes de divisão nível II
- 02 (dois) chefes de departamento nível II
- 06 (seis) cargos de confiança do Diretor

Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho - Faefija - Ata de 12 de janeiro de 1996.

- 02 (dois) chefes de divisão nível III
- 05 (cinco) chefes de setor nível IV
- 07 (sete) chefes de confiança do Diretor

Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro de Jacarezinho - Fundinopi - Ata de 15 de janeiro de 1996.

- 05 (cinco) chefes de setor nível IV

- 02 (dois) chefes de Divisão nível III
- 07 (sete) cargos de confiança do Diretor

Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí - Fafipa - Ata de 11 de janeiro de 1996.

- 09 (nove) chefes de divisão nível III
- 04 (quatro) chefes de diretoria nível II
- 04 (quatro) chefes de Setor nível IV
- 05 (cinco) assessores e 2 coordenadores nível III

Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá - FAFIPAR - Ata de 09 de janeiro de 1996.

- 06 (seis) cargos de Função Gratificada nível III
- 02 (dois) cargos de Função Gratificada nível I
- 06 (seis) cargos de Confiança do Diretor nível II

Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória Fafuvit - Ata de 11 de janeiro de 1996.

- 06 (seis) cargos de Chefe de Divisão nível III
- 02 (dois) cargos de Diretor de Departamento nível II
- 06 (seis) cargos de Confiança do Diretor nível III

CAPÍTULO II

Dos Cargos de Função Gratificada e em Comissão

Art. 5º - Caracteriza-se o cargo de Função Gratificada e em Comissão:

I - aquele decorrente de investidura em cargo ou delegação originária de processo eletivo, universal ou paritário que caracterize mandato, integrante da estrutura organizacional da Faculdade, com requisitos, procedimentos de escolha, nomeação e provimento determinado no Estatuto ou Regimento da Faculdade, e os atos complementares aprovados pelos órgãos competentes;

II - Aquele de livre escolha e nomeação do Diretor da Faculdade, preenchidos os requisitos á investidura em cargo público, destinado a atender encargos de coordenação, secretaria geral e assessoramento.

Art. 6º - A escolha do ocupante de Cargo de Função Gratificada e em Comissão poderá recair ou não em titular de cargo do Plano de Carreira Docente ou do pessoal Técnico Administrativo, observados os dispositivos mencionados no inciso I do art. 5º desta Lei.

Art. 7º - Os ocupantes de cargos Função Gratificada e em Comissão de primeiro escalão deverão possuir, no mínimo, formação superior a nível de graduação sendo dispensados de tais exigências os de menor escalão.

Art. 8º - O nomeado para Cargo de Função Gratificada, não poderá acumular o respectivo vencimento com outro cargo de Função Gratificada ou receber função comissionada;

§ 1º - O nomeado para ocupar o Cargo de Função Gratificada, pertencente ao cargo, continuará percebendo as vantagens referentes ao tempo de serviço e/ou gratificação de mérito, a que tiver direito, de acordo com o previsto nos respectivos planos de carreira, sobre o salário do cargo e nível em que estiver enquadrado na carreira;

§ 2º - A remuneração dos cargos de Função Gratificada e em Comissão são fixados pela SEAD, conforme ficara estabelecido pela Resolução 007 e não sofrerá qualquer alteração por força da presente lei.

Art. 9º - A jornada de trabalho do ocupante do Cargo de Função Gratificada será de tempo integral.

Art. 10 - É vedado o pagamento de horas extras ao ocupante do cargo de Função Gratificada.

Art. 11 - Ao ocupante de Cargo de Função Gratificada, titular de cargo do Plano de Carreira Docente ou do Plano de Cargos e Salários do Pessoal Técnico Administrativo, quando do ato de sua exoneração, é assegurado o retorno ao cargo de carreira anteriormente ocupado, com todas as vantagens a que tinha direito, como se no cargo estivesse.

Art. 12 - Ocupante de Cargo de Função Gratificada, do quadro de carreira docente em regime de tempo integral, deverá ministrar aulas na Instituição, cujo número será definido pela Direção.

Parágrafo Único - O servidor enquadrado no *caput* deste artigo, não perceberá remuneração adicional pelas aulas ministradas, sendo que essas serão consideradas como atividades integrantes da sua carga horária semanal.

Art. 13 - O valores dos vencimentos dos Cargos de Função Gratificada e em Comissão serão reajustados nos mesmos índices e na mesma época da elevação dos demais salários do Plano de Carreira Docente e Técnico-Administrativo do Ensino Superior.

Art. 14 - As simbologias e níveis que denominam os cargos de Função Gratificada e em Comissão são:

C/C com Vínculo (FG 01)

CC sem Vínculo SGOC - cargos SCO9-XX(CC)

FG 02

FG 03

FG 04

Art. 15 - A remuneração dos Cargos de Função Gratificada e em Comissão está fixada com base na estrutura do Plano de Carreira Docente, de acordo com valores estabelecidos pela SEAD com os seguintes Códigos:

Código 05P - Gratificação de Chefia Estatutário -

- Sem Vínculo - SGOC - cargo SCO9 - base de cálculo 42.00 - valor - R\$715,00

- Com Vínculo - Base de cálculo 43.00 - Valor R\$467,00

- FG 02 - Base de Cálculo - 31.00

- FG 03 - Base de Cálculo - 32.00

- FG 04 - Base de Cálculo - 33.00

Art. 16 - Os servidores que eventualmente forem designados para ocuparem Cargos de Função Gratificada em substituição aos titulares, por período igual ou superior a 15 (quinze) dias consecutivos, terão direito a percepção do valor correspondente ao Cargo de Função Gratificada, de acordo com o previsto no art. 8º, parágrafo primeiro.

Art. 17 - A Função Gratificada é um encargo de maior relevo que as atribuições normais do cargo, atribuída em confiança da autoridade designante e destina-se ao exercício de cargo de confiança e de chefia.

Art. 18 - Os detentores de Cargos de Confiança do Diretor (Assessoria), sem vínculo com a Instituição, SGOC - Cargo SCO9 - XX, serão regidos pela CLT, mantendo a denominação de Cargos Comissionados.

Art. 19 - A remuneração paga nas Faculdades Estaduais não poderá extrapolar o valor do redutor constitucional, conforme definido no decreto governamental.

Art. 20 - Cabe ao Diretor da Faculdade baixar as portarias nomeando os ocupantes dos cargos de Função Gratificada e em Comissão que deverão ser publicadas no Diário Oficial do Estado.

Art. 21 - As diferenças de denominação em virtude das diferenças de organograma da Faculdades, serão corrigidas pelas nomenclaturas adotadas pela SEAD.

Art. 22 - A criação de novos cargos de Função Gratificada e em Comissão em virtude da expansão da Faculdade será objeto de uma nova Lei de iniciativa exclusiva do Governador do Estado, conforme determina a Constituição;

Art. 23 - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.09.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

As Faculdades Estaduais do Paraná, em número de 11 (onze), eram regidas pelo regime de Fundações Estaduais e pela Consolidação das Leis do Trabalho, mantinha sua estrutura funcional, cada uma com suas respectivas características, regulamentadas pela Resolução 007/91, emanada da então Secretaria Especial de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, hoje

Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI.

Em sua estrutura constavam diversos cargos de Função Gratificada, de níveis correspondentes ao grau de responsabilidade de seus ocupantes, bem como Cargos em Comissão para os assessores diretos do diretor.

No ano de 1991 por força da Lei 9663/91 as referidas Faculdades foram transformadas em Autarquias Especiais, sendo que os cargos funcionais regidos pela CLT foram transformados em cargos públicos, regidos pela Estatuto do Funcionário Público do Paraná, e os cargos de Função Gratificadas e em Comissão passaram a se caracterizar como Funções Gratificadas de vários níveis, restringindo-se os Cargos em Comissão, ao diretor e vice-diretor sob a denominação de DAS.

A Lei nº 10.219/92 de 01 de dezembro de 1992 ao converter todos os cargos de CLT para cargos efetivos do Estado (estatutários) omitiu-se em acolher os cargos de Função Gratificada e os de assessoria direta dos diretores para o novo regime de trabalho, porém os diretores continuaram praticando as nomeações para estes cargos, baseados ainda na Resolução 007/91, como condição mínima de administrarem suas Instituições.

Em janeiro de 1996, todos os diretores, um a um foram convocados para uma reunião com técnicos da SEAD que após analisarem a situação da IES, orientados pela referida Resolução, redistribuíram os cargos de FG's para cada uma das faculdades, fato que foi documentado por uma ata, na qual consta a assinatura do diretor e dos técnicos daquela Secretaria.

Ora, como toda a criação de cargos só pode ser feita através de uma Lei aprovada pela Assembleia Legislativa, e a Lei 10.219/92 não acolheu tais cargos, mister se faz que se legalize aquilo que já é legítimo, razão pela qual propomos a presente lei que não acarretará a alteração de um centavo sequer nas despesas do Estado com as suas Faculdades Estaduais.

PROJETO DE LEI Nº 456/2001

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O Artigo 1º da Lei nº 11.911 passa a vigorar com seguinte redação:

“Art. 1º - É assegurado passe livre às pessoas portadoras de deficiência, comprovadamente carentes, no sistema de transporte coletivo interestadual, nos modais rodoviário, ferroviário e aquaviário.”

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.09.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa garantir o espírito real da Lei 11.911, de 01 de dezembro de 1997, adequando-a à legislação federal, nos termos da Lei 8.899, de 29 de junho de 1994, em cujo texto não há limitações aos portadores de deficiência, a não ser os concernentes ao estado de “carência”, que deve ser comprovado, para usufruírem do que dispõe o referido texto legal. A Lei 11.911, em seu Artigo 1º, prevê a gratuidade no transporte intermunicipal aos deficientes ressaltando, entretanto, que o mesmo se dá “quando os mesmos estiverem se submetendo a processo de reabilitação e/ou de capacitação profissional”, isto é, restringe-lhes o direito de ir e vir a apenas duas situações específicas.

Não são estes o teor e espírito da lei federal, que enuncia apenas, em seu artigo 1º, que “É concedido passe livre às pessoas portadoras de deficiência, comprovadamente carentes, no sistema de transporte coletivo interestadual”. Acreditamos que o legislador federal pretendeu assegurar aos portadores de deficiências a garantia constitucional de ir e vir, visto que o portador de deficiência encontra, não raro, dificuldades quase intransponíveis para exercê-lo sem o transporte coletivo.

Sem prejudicar a Lei 11.911 - pelo contrário, com a emenda ampliamos seu alcance -, tornamos consoantes os termos das legislações federal e estadual concernentes à gratuidade do transporte coletivo intermunicipal para os portadores de deficiência paranaenses.

PROJETO DE LEI Nº 457/2001

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Prudentópolis, com sede e foro no Município de Prudentópolis.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.09.2001.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Prudentópolis tem por objetivo a prestação de assistência médica hospitalar e social a todas as pessoas que dela necessitarem, sem distinção de nacionalidade, raça, religião, cor ou partido.

Por essas e outras razões que só enaltecem o papel da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Prudentópolis, esperamos o apoio dos nobres deputados para a aprovação da matéria.

PROJETO DE LEI Nº 458/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam alterados os objetos do plano de aplicação da Lei nº 13.030 de 28 de dezembro de 2000, na parte que destinou recursos para o município de Londrina, alternado as seguintes expressões:

A) do valor de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) destinado para “auxílio transporte escolar”, fica destinado ao projeto futuro visando recreação orientada.

B) do valor R\$70.000,00 (setenta mil reais) destinado para “construir e ampliar centros comunitários social”, fica destinado para “instalação de uma unidade do corpo de bombeiros na zona sul do município”.

Art. 2º - Fica o Poder executivo autorizado a proceder as alterações orçamentárias na Lei nº 13.030, de 28 de dezembro de 2000, em decorrência do contido nesta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.09.2001.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de atender às necessidades do município de Londrina, trocando o plano de aplicação das emendas aprovadas destinadas para o referido município.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 459/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica denominado o prédio da Circunscrição Regional de Trânsito (Ciretran) do município de Guaraniaçu, de Dr. Caetano Bernardo Filho.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.09.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

É justo prestar uma última homenagem a um dos pioneiros de Guaraniaçu.

Pessoa que teve atuação destacada em todos os setores da vida comunitária daquele município, chegando

ocupar o honroso cargo de vice-prefeito. Porém, o amigo, companheiro Dr. Caetano, como era carinhosamente chamado por todos, deixou uma marca profunda que dificilmente será esquecida em Guaraniaçu. O seu falecimento abre uma lacuna que com certeza jamais será preenchida. Ficará o seu legado, que os seus amigos e principalmente seus familiares haverão de dar seqüência.

Pessoa de fácil relacionamento, era benquisto pela grande maioria da população. Honesto, cumpria com fervor os seus compromissos e por isso mesmo possuía grande credibilidade. Bom pai de família, deixou um exemplo magnífico de como se conduz uma família. Amigo leal e sincero por mais que as circunstâncias fossem adversas, mantinha as amizades com muito fervor. Enfim é preciso realçar a participação honrada em todos os movimentos e lutas da comunidade, que sempre com parcimônia e inteligência o Dr. Caetano estava presente, dando a sua valiosa contribuição.

Seria impossível relacionar as atividades das quais ele participou com peculiar vibração e entusiasmo. Todavia é necessário destacar a sua decisiva contribuição para que Guaraniaçu tivesse a sua primeira e única emissora de rádio levada ao ar. Foi sócio fundador da super RG, empresa da qual sempre se orgulhou e cuidava, como se fosse um membro de sua família. Era um apaixonado por rádio, principalmente pela prestigiosa Rádio Guaraniaçu. Ouvia toda a programação, orientava, dava palpite e quando precisava, ia para estúdio para comentar e entrevistar alguém.

Eu particularmente, tenho grande admiração e respeito pelo amigo Caetano Bernardo Filho, pois ele foi um dos meus incentivadores a entrar na vida pública.

Não só me animou, como me abriu espaços, permitindo que eu tivesse um programa diário na Rádio Guaraniaçu, em horário nobre, por durante quase dez anos, sem custo algum. Vale lembrar que este apoio foi imperioso para que eu tivesse sucesso nas empreitadas que viria enfrentar. Guardo pois, com muito carinho um sentimento de gratidão, respeito e amizade, por tudo que o falecido fez por mim.

Esta Assembléia Legislativa que é a Casa do povo do Paraná, não pode deixar de reconhecer e prestar homenagem derradeira a uma pessoa que foi especial que deixou uma marca positiva, que contribuiu com a humanidade, enfim que foi um desbravador, corajoso, e que muito deu ao interior do Paraná, mais precisamente ao município de Guaraniaçu.

Por isso, solicito o apoio dos meus nobres pares, para aprovar a presente proposta.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

No Pequeno Expediente, o primeiro orador inscrito, deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Senhor presidente e senhores deputados. Recebi um convite para participar com todos os deputados, depu-

tados honrados, que pertencem ao Parlamento do Estado do Paraná, para ir a Paranaguá resolver o abandono do litoral do nosso Estado, o abandono das praias que eu amo, de Pontal a Guaratuba.

Conversava com o deputado Nereu Moura; acho louvável a idéia de este Parlamento ir a Paranaguá, dei uma idéia aos parnanguaras, aos prefeitos de Guaratuba, de Matinhos, de Pontal, às lideranças, que ouvissem os deputados, que falassem com os deputados.

Eu disse ao deputado Nereu Moura, ao Algaci, que não somos nós que temos dinheiro para resolver os problemas das praias do meu Paraná. Não, deputado Rossoni, não somos nós do Parlamento, quem tem que ir lá é o governador Jaime Lerner!

Se ele vendeu, não vendeu, já foi vendido em 98 a Copel, não me interessa se o problema é da Copel ou da Sanepar. O que me interessa é, aonde há estradas abandonadas nós temos que ter recursos para consertá-las! Se há água suja, nós temos que ter recursos para limpar a água! Se o litoral do Paraná está abandonado, nós temos que ter recursos para transformar as praias do Paraná nas melhores praias do Sul do País e evitar que os paranaenses saiam do meu Estado e seu Estado e se dirijam, naquelas duas pistas, para Santa Catarina.

Então, parabeno o Parlamento, ilustre presidente, deputado Elio Rusch, a Mesa, os deputados que vão estar representando este digno Parlamento do Estado do Paraná, formado por 54 deputados honrados, mas não somos nós; não é o deputado Nereu que tem dinheiro, que está com “caixa” para chegar lá e dizer: “A Praia de Leste eu quero assim, assim e assim e - eu vou pagar”!. Se o deputado Nereu fosse o governador, tudo bem, teria recursos. Não é o deputado Miltinho Pupio ou o deputado Cartário, que vão estar lá presentes amanhã.

Eu não agüento mais ver o Cartário todo o dia com o governador, com o secretário, andando para lá e para cá, vendo tudo caindo e não se resolve nada! Passa ano, entra ano e vai ano e o tempo passa e o tempo voa e as praias do Paraná continuam numa boa? Continuam numa boa não!

E depois, como ficamos nós, deputados? O Neivo está aqui lutando, lutando! Eu comecei aqui no Parlamento com o Neivo e o Neivo lutando pelos mananciais, pelos royalties! O Neivo vai brigar, a água está suja, e faz reunião, debate, e a água cada vez mais suja! Pelo amor de Deus!

Está na hora de tirar a máscara e lavar a cara! Não adianta fazer reuniões. Temos que pedir para o governo investir, limpar a água, injetar dinheiro, consertar as rodovias do Paraná, aplicar nas prefeituras que estão abandonadas. Temos que colocar dinheiro nas prefeituras, mas que sejam prefeitos que não sejam ladrões do dinheiro público, que sejam honrados, que trabalhem por cidadania e justiça social e também temos que pensar no litoral do Paraná!

Descer cem quilômetros, chegar lá, tudo abandonado! Você vai para Pontal, aquilo que o governador João

Elísio fez, aquela rodovia linda, toda caída, toda abandonada.

Eu vejo o Vanhoni lá, lutando, gritando! Reunião é bonito, todo mundo vai, todo mundo se abraça, mas não temos “caixa”. Quem tem que resolver é o governador do Paraná!

Pelo amor de Deus, resolva!

O SR. CEZAR SILVESTRI (**Pela Ordem**)

Lamento que o pronunciamento do deputado Alborghetti tenha sido feito hoje. Tenho certeza absoluta que se o seu pronunciamento tivesse sido feito uma semana atrás, nós teríamos conseguido aprovar uma emenda do deputado Marcos Isfer na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que previa a aplicação de recursos para o orçamento do ano que vem no litoral. Infelizmente o governador Jaime Lerner não teve sensibilidade e vetou essa Emenda, e infelizmente esse veto foi mantido pela Assembléia Legislativa. Acho que nós tínhamos, realmente, como melhorar as condições das praias e o meu companheiro de Partido, Marcos Isfer, fez o seu papel, procurando alocar recursos no orçamento, e infelizmente o governador não teve essa sensibilidade, e uma parcela dos colegas deputados, também não.

Mas, concordo plenamente com o senhor, Acho que a nossa oportunidade ainda é, no Orçamento do Estado, alocar recursos para as nossas praias.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

No Pequeno Expediente, deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, senhores deputados.

É oportuno falar, sobretudo porque o deputado Alborghetti começou essa discussão, sobre a ida do Poder Legislativo ao litoral do Paraná. Lá, vai o Poder Legislativo.

Nós temos três Poderes no Estado: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, mas o Poder Legislativo, pela Constituição, é o que mais pode. É o que mais tem poder e é o que menos se vale do poder que tem. Assim, podemos até imaginar que falta uma melhor assessoria para esse Poder, para que ele exerça o poder efetivamente. E a boa assessoria está no Tribunal de Contas. Os técnicos do Tribunal de Contas são nossos assessores, porque lá é um órgão auxiliar deste Poder.

Só que inventaram, nas Constituições Estadual e Federal, uma figura chamada conselheiro, que acabou sendo o poder em cima dos técnicos, que são nossos assessores! Criaram um intermediário que decide, sem poder de decidir, mas que até baixa Resolução Interna! Ele está legislando por Resolução, enquanto o Poder Legislativo não se impõe e não faz valer o mandato que o povo nos outorgou. Por que que não faz? Porque aqui há várias facções políticas, e aqui, naturalmente é a Casa do povo.

E nós temos que pensar que sempre é tempo de rever os caminhos ou repensar o curso de uma caminhada.

A Assembléia Legislativa indo ao litoral no dia de amanhã estará mostrando ao Poder do Estado, que o Poder Legislativo quer olhar para o litoral do Paraná, que o Poder Legislativo reconhece que o litoral do Paraná é de fundamental importância para o nosso povo, sobretudo se imaginarmos a importância que têm os portos de Paranaguá e de Antonina, sobretudo se imaginarmos que Paranaguá tem 450 anos de existência, sobretudo se imaginarmos que lá está o lugar de lazer do nosso povo do Estado.

E não é possível que o Poder Legislativo estando amanhã em Paranaguá, que os secretários do Governo que representam o Poder Executivo, não estejam lá presentes. Já foi feito o convite para todos os secretários de Estado, e tenho certeza que eles lá estarão para responder sim ao Poder Legislativo, estarão lá para respaldar o Poder Legislativo, porque esse é o exemplo que o Poder Legislativo quer dar indo até o litoral para depois ir até o Oeste, ir até o Norte pioneiro e percorrer os caminhos do Paraná na busca de evidenciar os problemas e encaminhar a solução. Mas se o Poder Legislativo pedir, o Governo terá que cumprir, porque senão, aqui não passa nada. Não há governo sem Poder Legislativo. Mas o poder é uma via de duas mãos. Não podemos aqui fazer um bloco de senta e levanta a favor do governo e um bloco de senta e levanta contra o governo. Temos que legislar, representar, falar e dar exemplo. E exemplo estamos dando indo ao litoral do Paraná amanhã.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expediente passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto as lideranças se farão uso de seus horários: PL, PST, PSL, PPS, PDT, PPB.

(**Declinam**)

No Horário do PT, concedo a palavra ao deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, senhores deputados.

O assunto que trago à Casa é próprio do meu Partido e nem é uma posição política do Partido dos Trabalhadores. É assim que justifico a impropriedade do uso da Liderança do PT, mas é um assunto de relevância do Estado do Paraná e da Assembléia Legislativa.

Hoje pela manhã vieram na Comissão de Educação, pais, mães, professores, diretores e comunidade escolar e de uma forma geral. Fizeram um relato a respeito do processo que normatiza a eleição de diretores nas escolas públicas do Paraná. Como os senhores sabem, tramita nesta Casa um projeto que regulamenta. Havia uma lei anterior. Há pendência a respeito; questionamentos jurídicos da legislação anterior. E o Governador do Estado acabou baixando um decreto que normatiza a eleição de diretores - Decreto 4313.

Temos uma série de questionamentos sobre esse decreto e as decorrências dele, que pretende normatizar o processo de seleção e escolha dos candidatos, que poderão participar do processo eleitoral. Foram submetidos a um processo seletivo, do ponto de vista da normatização pretendida pela Secretaria da Educação.

Hoje foi traçado um relato das impropriedades constitucionais do decreto, pois fere a Constituição Federal e a Estadual. Traz inúmeros problemas para a comunidade educacional. Analisando o processo, vários deputados pretendem apresentar hoje ainda e será objeto de discussão amanhã e na semana que vem, um decreto legislativo que pretende sustar, com base no artigo 54 da Constituição do Estado do Paraná, a validade desse decreto normativo por parte do governador.

Entre outras coisas, temos um fato interessante, porque o artigo 11 do decreto baixado pelo governador diz o seguinte:

“Nos estabelecimentos de ensino em que o processo de votação for considerado inválido, pelas razões especificadas no artigo 5 e parágrafos deste decreto, ou por quaisquer outros motivos administrativos ou legais, será da Secretaria de Estado da Educação a atribuição de definir outro processo de escolha, portanto inclusive, diretamente designado”.

Então, analisemos somente este artigo 11, que na realidade diz o seguinte: “Qualquer dos parágrafos contidos no artigo 6º que podem dar razões para que a Secretaria de Estado modifique o processo eleitoral daquela unidade escolar, ou mesmo indique, suste o processo ou indique um diretor, além desses 6 critérios estabelecidos no artigo 6º, quaisquer outros motivos de uma elasticidade tão grande que qualquer razão no entendimento por parte da Secretaria, ou da direção da Secretaria da Educação podem intervir na Escola e designar-lhe um intervenitor”.

Então, é por não atender os preceitos da democracia, como diz respeito os objetivos da Constituição Federal do nosso País, é que nós pretendemos anular o decreto do governador do Estado.

Neste sentido, aproveito a oportunidade para fazer este comunicado, que estamos entrando com este projeto com várias assinaturas de deputados e pretendemos na semana que vem debater com a comunidade escolar estes assuntos aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

PPB.

(**Declina**)

PMDB, deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhores deputados, eu quero mais uma vez, falar sobre o pronunciamento que nós fizemos aqui no início da semana passada, quando ocorreram

aqueles lamentáveis incidentes terroristas no solo americano.

Eu quero deixar bem claro a todos os parlamentares desta Casa que em momento algum nós, eu particularmente, olhei com simpatia para aquela atitude insana desprovida de qualquer sentimento bom, que foi o ato terrorista que vitimou milhares de americanos.

Pelo contrário, nós condenamos aquela atitude, de quem quer que seja, porque entendemos que atos como esses devem ser banidos da humanidade, porque eles apenas e, tão-somente, contribuem para que as relações da humanidade vivam em permanente agitação. Além do que, são pessoas covardes que se escondem e não mostram a cara e que através de atitudes loucas e insandecidas querem resolver pelas próprias mãos as questões pelas quais eles se colocam como defensores.

Quero deixar claro que quando eu usei aqui a tribuna, apenas alertei o governador Jaime Lerner que parasse com as suas viagens internacionais, parasse de viajar, parasse de fazer turismo, parasse de deixar o Paraná e governasse o nosso Estado, porque ele poderia ser atingido por um ato terrorista igual àquele que se perpetrrou contra o país americano.

Em momento algum, senhor presidente, desejei que o governador fosse atingido por qualquer ato; em momento algum desejei que o governador e os seus familiares fossem alcançados pelos atos terroristas. Não é do nosso escrúpulo, não é do nosso feitio, tentar conseguir o sucesso em cima da desgraça alheia. Sempre nos pautamos na vida pelo trabalho, pela defesa das nossas idéias, pelo combate, pela luta e jamais quisemos em toda a nossa vida pública, alcançar objetivos, pisando ou massacrando quem quer que seja.

Então, quero reiterar para que fique aqui nos Anais desta Casa, que não tivemos a intenção, o pensamento, de desejar que os atos terroristas atingissem o iate, o barco que o governador Jaime Lerner contratou para celebrar o casamento da sua filha, na Ilha de Manhattan, em Nova Iorque.

Quando o deputado Irineu Colombo usou da tribuna, condenamos com veemência aquelas atitudes insandecidas, enlouquecidas, de fanáticos, que não tendo idéia das suas atitudes, abalaram as relações da humanidade. E voltamos a condenar hoje, ontem e amanhã.

Todavia, voltamos a alertar, novamente o governador Jaime Lerner: pare de viajar, cesse as suas viagens internacionais, para o bem do povo do Paraná, para o seu bem e para o resguardo físico da sua família, porque se esses atentados se tornarem comum, é evidente que ele, com as suas viagens rotineiras, poderia ser vítima de uma covardia dessas. Não que nós estivéssemos desejando, apenas alertamos o governador quando usamos da palavra.

Por isso, senhor presidente, quero aqui avisar a dona Fany Lerner, esposa do governador, aos puxa-sacos do governador; quero dizer aqui a todos aqueles que ouvem: ameaças não me amedrontam, conversa fiada não

cala a minha voz, porque a minha voz é a voz do povo; e nunca na minha vida dobrei a esquina para quem quer que seja. Sempre estive firme na defesa das minhas idéias e daquilo que acho correto.

Quero avisar e quero que os puxa-saco do governador Jaime Lerner, aqueles que mentirosamente usaram de artimanhas e de covardias, da mesma covardia usada pelos terroristas, que levem a minha mensagem à mulher do governador; que as suas ameaças não nos amedrontam, que os seus telegramas podem ser jogados na lata de lixo, porque para mim não têm interesse, não têm valor algum.

O conceito do governador Jaime Lerner ou o conceito da dona Fany Lerner a meu respeito, tem valor zero! Os conceitos que eles possam ter a respeito do meu mandato como deputado, tem valor zero! Não significa nada! E toda vez que eles queiram pensar alguma coisa a meu respeito, na verdade estão valorizando o meu mandato como deputado!

Então, senhor presidente, quero, enfatizando e concluindo aqui o meu pensamento; que diga lá a 1ª dama Fany Lerner, que ficou aborrecida, entristecida e magoada com o meu pronunciamento, de contar aqui o casamento de sua filha Adréia lá nos Estados Unidos, mostrando para o Paraná inteiro, através do programa eleitoral do PMDB.

Quando os felizes convidados daquela ceia bonita e maravilhosa, cheia de conforto e de glamour, aonde se cantava o Hino de Nova Iorque, e eu disse aqui, que temi e temerei sempre, que pelas andanças desse governador pelo mundo afora, pelas suas viagens de turismo, pelo seu incontido desejo de passeio, esse governador, pudesse ser vítima de atentado.

Volto a dizer, senhor presidente, que isso é possível, sim, porque ninguém imaginava, em sã consciência, que qualquer um fosse capaz de atentar contra monumentos da vida americana, como o Pentágono, como o World Trade Center, na ilha de Manhattan, em Nova Iorque. Por isso é que o governador precisa parar de viajar, sim. Precisa se conformar com a realidade. Que fizesse o casamento da filha dele aqui no Paraná!

Lá no Rio Iguaçu, lá na Usina de Salto Caxias, lá na Usina de Salto Segredo, contratasse um barco, um iate, e fizesse o casamento aqui nesse Rio Iguaçu maravilhoso, que nasce aqui nos pés do Palácio Iguaçu. E o povo do Paraná iria aplaudir, e ele não correria risco nenhum, de atentado algum, porque o território do Paraná é um território santo, é um território sagrado, e a vida do governador estaria preservada, como de toda a sua família.

Mas, senhor presidente, o governador e a sua mulher, não irão nos intimidar. Não irão nos amedrontar! Não irão calar a nossa voz, porque a nossa voz é forte, como é forte o povo do Paraná. E nós não nos calamos!

Nós já somos forjados na vida, a enfrentar dificuldades, obstáculos. Nós já fomos calejados pela vida, pelas lutas que enfrentamos, pelos caminhos que atraves-

samos, pelas barreiras que ultrapassamos, e não será a voz de um governador desmoralizado, de um governador triste, moribundo, divorciado do povo do Paraná, que irá nos causar qualquer impressão.

Não, dona Fany Lerner; não Sr. Jaime Lerner! Vão cuidar da vida de vocês, que da minha, cuido eu o povo do Paraná!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Horário das Lideranças: PLF, deputado Chico Noroeste.

O SR. CHICO NOROESTE

Senhor presidente, senhores deputados, formada a Comissão, a requerimento do deputado Sérgio Spada, para acompanhar os problemas, a mobilização feita pelos paraguaios na Cidade de Leste, que ocasionou o fechamento da Ponte da Amizade por vários dias.

Estive, no sábado passado, em Cidade de Leste, conversando com os habitantes e em especial, conversando com os funcionários (de quatro a cinco mil trabalham naquele comércio). E o problema é muito sério, senhor presidente, porque o desfecho atinge diretamente os iguaçuenses, porque no acordo eles querem que lá trabalhem apenas 30% dos atuais quatro a cinco mil funcionários. Portanto, é um acordo que vem em prejuízo da nossa população do Oeste, em especial de Foz do Iguaçu.

Estivemos também, no dia de ontem, em uma reunião com vários segmentos da sociedade: taxistas, moto-taxistas, e são vários os problemas. E hoje, recebemos uma notícia da minha assessoria, que quando os brasileiros chegaram em Cidade de Leste, foram fiscalizados, colocados em viaturas e transportados direto para Foz do Iguaçu. Fizemos isso praticamente com todos os funcionários, com todos os empregados lá de Cidade de Leste, que residem em Foz do Iguaçu. Brasileiros, iguaçuenses e nós não podemos, senhor presidente, concordar, e quero aqui apelar ao presidente da Comissão, deputado Sérgio Spada, que na sequência possamos nos reunir, todos os membros da Comissão. Vamos partir, deputado Sérgio Spada, para um plano de ação, um plano de trabalho eficaz, no sentido que possamos colocar um fim em toda essa polêmica, porque do jeito que está, não podemos jamais admitir.

Mas quero aqui também ressaltar que o que está acontecendo em Cidade de Leste, na Ponte da Amizade, é, sem dúvida nenhuma, reflexo, fruto da decadência do mercado de Cidade de Leste.

Aquele mercado que, em 1994, 1995 faturou aproximadamente treze bilhões de reais; hoje fatura apenas três bilhões de reais. Portanto, uma decadência, uma diminuição no faturamento, em torno de 70 a 80%. Turistas que registrávamos naquela época em torno de três milhões e duzentos mil turistas, hoje só se registra setecentos e vinte mil.

É claro que só resolver esses problemas, só resolver os problemas dos brasileiros, dos quatro, cinco mil

que hoje lá trabalham, não vai resolver. Temos que nos preocupar com projeto, programa de geração de emprego, e neste sentido, senhor presidente e senhores deputados, tenho um projeto que tramita aqui na Assembleia Legislativa, que é um projeto de um pólo de distribuição de mercadorias a ser implantado em Foz do Iguaçu, dos produtos advindos da Zona Franca de Manaus. E estamos, senhor presidente e senhores deputados, entrando com um requerimento ainda nesta Sessão, para que esse projeto tramite em regime de urgência, para que nós, deputados, possamos, o quanto antes possível, aprovar este projeto de geração de emprego, de geração de renda para o nosso povo do Oeste do Paraná, para o povo iguaçuense, que seja implantado, e ali acredito que vamos gerar quatro, cinco mil empregos diretos.

Concedo aparte ao deputado Sérgio Spada.

O Sr. Sérgio Spada

Deputado Chico Noroeste, queria denunciar a esta Casa, em nome da comissão de parlamentares que está acompanhando os desdobramentos daquele episódio violento que houve na semana passada em Cidade de Leste, denunciar a violência, a truculência que desta feita, neste momento, está sendo praticada pela polícia e autoridades paraguaias contra os cidadãos brasileiros que lá estão trabalhando, e conforme já foi dito por V. Exa., estão sendo recambiados para Foz do Iguaçu, entregues à Polícia Federal, numa ação articulada entre os dois governos, de forma a intimidar, e mais do que isso, cometendo violência física nos trabalhadores brasileiros que estão trabalhando hoje na Cidade de Leste.

As informações que temos é que, pela manhã, com a chegada de cerca de trinta brasileiros presos em Cidade de Leste do Paraguai, que estavam trabalhando quando passaram a ponte, cerca de seis mil manifestantes do lado brasileiro trancaram a ponte desse lado para protestarem contra esse tipo de ação violenta e discriminatória, e na sequência, um pelotão enorme de policiais federais se dirigiu à cabeceira da ponte do lado brasileiro e com muita violência também se propunha a dispersar o movimento, coisa que até o presente momento não sabemos em que pé está, porque as coisas estão acontecendo lá neste momento, a violência da Polícia Federal brasileira contra os trabalhadores brasileiros que estão querendo manter o emprego do lado paraguaio.

Faço este aparte para dar ênfase para o momento difícil que estamos vivendo naquela região de fronteira, não só pela violência das forças policiais, das autoridades federais do lado brasileiro, do lado paraguaio também, mas contra a situação de calamidade que lá se instalou: desemprego generalizado, criminalidade altíssima e apatia total, a desconsideração total por parte das autoridades governamentais, tanto a nível de município, quando a nível de Estado, quanto a nível federal, com relação àquela crise, àquela dificuldade que estamos vivendo naquela região de fronteira.

Agradeço o seu aparte, e naturalmente, como membro da comissão, como presidente da comissão, na sequência estaremos nos reunindo e, se necessário, teremos, com os demais deputados que compõem a comissão, Duílio Genari, Ademir Bier, Eli Ghellere, se necessário nos dirigirmos a Foz do Iguaçu, para a região da ponte, se necessário para Assunção, se necessário para Brasília, porque a tendência é aumentar a violência e a conflagração dessa feita, neste momento, do lado brasileiro, porque a sociedade brasileira, o povo ali de Foz do Iguaçu, os trabalhadores informais daquela região, estão vivendo um momento de muita angústia, de muito sofrimento, e, sobretudo, de muita revolta.

Agradeço o aparte.

O SR. CHICO NOROESTE

Senhor presidente, o deputado Sérgio Spada, com certeza contribuiu muito para enriquecer esse nosso pronunciamento.

E, senhor presidente, como eu havia informado, vamos entrar agora com um requerimento pedindo regime de urgência de um projeto de geração de emprego, de geração de renda para o povo do Oeste do Paraná, e em especial para o povo de Foz do Iguaçu. Tivemos lá três grandes ciclos econômicos: o da erva-mate e da madeira. Também o grande ciclo da construção da Hidrelétrica de Itaipu. Tivemos um terceiro grande ciclo, que é o da exportação. Aliás, foi o ciclo da exportação e dos turistas compristas. Esse terceiro ciclo, o da exportação em especial, foi nocauteado pelo advento do Mercosul. E os turistas compristas, idem. A redução da cota de 250 dólares para 150, e também a intensa fiscalização que faz a Receita Federal, a Polícia Federal, na nossa região.

Portanto, pelo diagnóstico que fiz, deputado Sérgio Spada, pelos números, aqui, não tenho nenhuma dúvida que está num processo de falência gradativa o comércio lá da Cidade de Leste.

Vamos nos reunir na sequência para discutirmos esta questão com os deputados componentes da comissão e precisamos pensar em projeto de geração de emprego, de renda, e este projeto, deputado Sérgio Spada, no pólo de distribuição, a ser implantado em Foz do Iguaçu, dos produtos advindos da Zona Franca de Manaus, parece-me uma alternativa de geração de emprego e de renda para o povo do Oeste e o povo iguaçuense.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

PPS. Com a palavra, deputado Cezar Silvestri.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Na última quinta-feira estive visitando o Estado do Paraná, a liderança maior do nosso partido, o ex-ministro Ciro Gomes. Estive aqui na Assembléia Legislativa num almoço com diversos parlamentares de diversos partidos,

e em nome de Ciro Gomes e em nome do deputado Rubens Bueno, que é o presidente estadual do PPS no Paraná, quero agradecer à Mesa Executiva.

Logo após deu uma entrevista coletiva à imprensa paranaense, deslocou-se ao município de Guarapuava, e lá, na minha cidade, o ex-ministro teve a oportunidade de colocar as suas propostas já antecipando a campanha eleitoral do ano que vem para todo o setor produtivo e abriu um amplo debate para praticamente todas as entidades representativas do setor produtivo de Guarapuava e da região Centro-Oeste do Paraná.

Lá nós pudemos perceber, senhor presidente, que o nosso partido tem um candidato preparado para enfrentar as dificuldades inerentes ao cargo da Presidência da República. Ciro Gomes, democraticamente, durante três horas e meia com o setor produtivo, das quatro horas da tarde às oito da noite, debateu francamente e discutiu praticamente todos os assuntos da agricultura, da pecuária, do setor madeireiro, setores que têm uma repercussão direta na economia da nossa região, como também da economia nacional e internacional, dos fatos que estão ocorrendo no mundo, principalmente dos fatos que ocorreram em Nova Iorque e Washington, na última terça-feira e da repercussão desses fatos, desses ocorrido para o nosso País e logo após, nessa maratona que iniciou-se às 8 horas da manhã em Belo Horizonte, com o almoço na Assembléia Legislativa, o encontro com o setor produtivo durante a tarde em Guarapuava e à noite, no encontro na nossa Universidade.

Para alegria nossa, senhor presidente, lá estavam mais de mil alunos e a comunidade guarapuavana compareceu em massa. Da mesma forma, após uma palestra de uma hora e quinze, ele abriu o debate com os alunos, até às 11 e meia da noite, quase meia noite, um fato inédito, mostrando primeiramente a politização dos alunos da nossa Unicentro, da comunidade guarapuavana, do interesse dos brasileiros de uma forma geral para com o futuro e também mostrando claramente o grande preparo que o nosso candidato tem para enfrentar, como disse, as dificuldades que o cargo de Presidente da República requer.

Deputado Ângelo Vanhoni, sei da amizade inclusive que o ex-ministro Ciro Gomes tem com sua pessoa, e V. Exa. teve oportunidade de almoçar com ele na Assembléia Legislativa.

O ponto alto desse encontro, da vinda do Ciro Gomes ao Estado do Paraná, sem dúvida nenhuma, foi com relação à questão da Copel.

Alguns alunos questionaram e queriam saber o seu posicionamento com relação à questão das privatizações e ele foi muito claro e procurou, inclusive, tirar a questão ideológica da questão da Copel. Ele disse que em algumas privatizações era favorável, principalmente quando essas privatizações oferecem a oportunidade ao consumidor e oferecem oportunidade de concorrência entre as partes. Com relação à energia elétrica, e especificamente com a energia hidráulica, foi radicalmente contra, e assu-

miu um compromisso com o povo paranaense, lá em Guarapuava, pedindo que eu retransmitisse a todo o povo do Paraná e é por isso que ocupo a tribuna, nesta tarde. Sabia das dificuldades que um governador do Estado teria - apesar da boa vontade de um governador de Estado - de reestatizar a empresa depois de privatizada. Para que isso ocorra - se a empresa for privatizada, logicamente será para um alto volume de recursos - qualquer que seja o futuro governador, por melhor intenção que tenha, terá dificuldades em reestatizar essa empresa.

Então ele assumiu um compromisso, dizendo que faria a todos nós, que faria o mesmo apelo ao Lula, que é uma pessoa com quem ele tem um ótimo relacionamento e um grande respeito, candidato das oposições também à Presidência da República e ao Itamar Franco, a quem ele serviu como ministro da Fazenda, ou seja, pediria que tanto ele, quanto o Lula ou Itamar Franco - se um deles for eleito presidente da República - assumiria o compromisso com o povo paranaense, de reestatizar a Copel.

Acredito que o ponto alto do encontro com o Ciro Gomes, com a comunidade paranaense, foi essa proposta, esse compromisso que ele assumiu com a comunidade paranaense e sinto-me extremamente gratificado, porque este foi feito na minha cidade natal, Guarapuava.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No horário do PSDB, concedo a palavra ao deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, senhores deputados.

Nesse final de semana, eu, na condição de presidente da CPI que investiga a Sanepar, convidei alguns deputados e a imprensa, para fazermos uma visita à barragem do Iraí. Lá, estivemos com os diretores da Sanepar, que nos levaram em uma estação de tratamento, dizendo que o esgoto está sendo tratado, aqui. Só que eles não mostraram que, antes daquela estação de tratamento, o esgoto cai direto para uma manilha, na barragem do Iraí.

À tarde, persisti no assunto e conversei com os vizinhos da região. Eles me identificaram o córrego, que leva até a barragem do Iraí, que passa no Manicômio Judiciário, pelo Adauto Botelho e chega até a barragem do Iraí. O que estou falando aqui, pedi para que fosse filmado e fotografado.

Ocorre que ontem a Tribuna do Paraná destacou esse assunto, e no domingo, o jornal O Estado do Paraná também destacou; ontem, a Rede Globo de Televisão também deu um destaque, e hoje, para nossa surpresa, no próprio jornal A Tribuna, o diretor do Manicômio Judiciário nos contesta.

Aqui diz o diretor da Colônia Penal do Paraná, Ubiratan Barcellos, que desmentiu o presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Paraná: "Entendo a preocupação dos diretores do Manicômio Judiciário, do Adauto Botelho, afinal

eles têm um envolvimento lá e querem preservar a instituição onde trabalham."

É compreensível essa auto-defesa. Na condição de homem público, tenho também a obrigação de relatar os fatos, sobretudo, quando se trata da saúde do povo do nosso Estado.

Para que ninguém possa nos contestar, para que os diretores da Sanepar, não fiquem na televisão e nos jornais dizendo que é mentira o que o deputado falou, que não existe, o que não existe, solicitei à nossa secretária e uma equipe que nos acompanhou, que fizéssemos a coleta do esgoto, exatamente de onde ele está entrando na barragem do Iraí, e vejam o resultado aqui:

(Mostra o documento)

Laboratório de Análises Clínicas Frischmann Aisengart

- contagem de coliformes fecais, 100 ml: dois milhões, quatrocentos e dezenove mil, dois.

Segundo a técnica, esse é o dado máximo que o laboratório pode chegar. Quer dizer, 100 ml.

Contagem de lixeira - Coli, que é o indicador fecal: dois milhões, quatrocentos e dezenove mil, dois.

Esse é o tratamento que a Sanepar dá!

Este aqui é o respeito que ela dá!

Desafio a qualquer um representante do governo, que possa nos acompanhar e coletar outra vez no mesmo local, que é o local que passa do Manicômio Judiciário, que passa do Adauto Botelho e que vai diretamente à barragem do Iraí. Este é o resultado do exame, para que não fique dúvida!

Com o aparte o deputado Ângelo Vanhoni.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Acompanho a sua luta em relação à represa do Iraí, na preservação do meio ambiente, que V. Exa., que é o presidente da comissão, nesta Casa, e da história do seu envolvimento nas questões ambientais, sobretudo na região metropolitana do nosso Estado.

Há um tempo atrás, por sua iniciativa e da própria Comissão, o presidente da Sanepar esteve nesta Casa e trouxe uma informação que me parece ser inverídica, quer dizer, faltando um pouco com a verdade. Gostaria que V. Exa. desse a sua opinião a esse respeito.

Se não me falha a memória, anteontem, assisti a uma reportagem da Rede Globo do Estado do Paraná, a respeito das águas. Uma reportagem até um pouco longa, porque relatou os problemas ainda quando a represa do Iraí apresentou manchas, em função das algas que lá proliferaram de forma muito grande, muito violenta. Uma reportagem vastíssima, falando do mau cheiro, do mau gosto da água. Entrevistou a população da cidade de Pinhais, dizendo dos problemas que podem trazer para a pele. A comunidade está se recusando a beber a água da Sanepar e agora está sendo obrigada a beber água mineral, quer dizer, aumentando o seu custo do ponto de vista do seu orçamento doméstico.

Mas, o que me chama a atenção, é que na reportagem especificamente da represa do Iraí, a câmera de televisão ainda filmou as seringas de injeção que estavam boiando, que seriam provenientes dos dejetos do Manicômio do Estado do Paraná.

Parece-me que a reportagem confirma, através da filmagem, que todos os dejetos do manicômio continuam a ser expelidos para dentro da represa do Iraí.

Ora, se essa reportagem aconteceu anteontem, se não me falha a memória - ou ontem - como é que um diretor do hospital, lá do manicômio do Estado do Paraná vem a público dizendo que não é verdade isso?

Como é que o presidente da Sanepar, disse aqui - precisam ser recuperadas as notas taquigráficas - que as obras já tinham sido realizadas para canalização dos dejetos para outros efluentes que fossem tratados antes de serem expelidos na represa do Iraí? Ora, quem é que está com a verdade a respeito dessa situação?

O SR. NEIVO BERALDIN

Olhe, deputado, foram gastos quinze milhões e quinhentos mil reais para limpeza dessa barragem. Estamos fiscalizando como foram aplicados esses recursos. Parece-me e está mais do que claro, que lá era uma região onde era jogado o lixo hospitalar. Então essa empresa que ganhou a concorrência, a Andrade-Gutierrez e a CESB, talvez não tenham coletado o lixo hospitalar que tivesse sido jogado no passado, e talvez esse lixo esteja brotando agora e vindo para as encostas.

Após a nossa ida à barragem do Iraí, a Sanepar contratou duas pessoas com barco que estão coletando o lixo ao redor da encosta, mas constatamos a questão do esgoto indo direto para a barragem do Iraí, do Manicômio Judiciário e Adauto Botelho e agora vamos à Colônia Penal constatar isso, além do que muitas indústrias da região e muitas famílias que residem por lá estão contribuindo.

Tanto é verdade que, após a nossa presença, a Sanepar começou um trabalho que pretende levar o esgoto para a estação de tratamento. Começou a fazer as valetas. Obras super, super, superfaturadas, consórcios que ganham cem quilômetros de duto, passam para a terceira, para a quarta, para a quinta, para a sexta e quem faz a obra não ganha dez por cento do que a Sanepar paga pela licitação feita e ganha sempre por esses consórcios e fazem acordo extra-judicial com a Sanepar.

Estou, sinceramente, cansado de discutir esse assunto, porque não encontro do outro lado, o contraditório.

Gostaria que o presidente da Sanepar viesse à comissão e nos contestasse, mas veio aqui e se colocou na condição de quem não podia responder sobre questões financeiras, administrativas. Quer dizer: veio aqui "para inglês ver".

Concedo aparte ao deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Deputado Neivo, quero dizer que não deve se sentir cansado, até porque esta é uma obrigação nossa. Na

verdade, a gente fica desestimulado. Este é o termo mais correto, porque não encontra eco por parte dos órgãos da Sanepar.

Estivemos lá, eu, o deputado Ademir Bier e a deputada Luciana, há um mês atrás. Voltamos na última quinta-feira e pudemos ver um pouco ou quase nada mudou, a não ser a contratação de dois funcionários de uma empresa de segurança que, com um barquinho, faz uma passagem diária para coletar algum lixo que esteja aparecendo.

Havia uma pressa muito grande para dar resposta a Curitiba pela falta de água. Isso vinha sendo cobrado constantemente do governo porque a represa do Passaúna não está sendo suficiente e a represa da Sanepar também, que vinha para a estação de tratamento, não era suficiente.

O que é que acontece? Não fizeram um trabalho de prevenção ao longo de onde deveria ser formado um lago sem profundidade mas com uma largura muito extensa e foi atingindo residências, áreas que antigamente eram cultivadas como chácaras, onde eram utilizados fertilizante, o agrotóxico, uma área que era depósito; onde é o lago hoje, era depósito de lixo da Feira do Paraná, que foi agora cancelada; não se permite lá a realização da feira. Tudo que se utilizava, como vacina para os animais, era tudo jogado lá, porque não se imaginava que lá um dia fosse virar um lago de uma represa, como é a represa do Iraí. Todo o dejetos da penitenciária, do manicômio, da Escola Correcional São Francisco, da Penitenciária Feminina, do Adauto Botelho, tudo está naquele entorno. É uma loucura! Só quem vai lá, como nós fomos, e vamos voltar quantas vezes forem necessárias, tem uma idéia da irresponsabilidade que se comete com o povo do Paraná, na qualidade da água que se dá para Curitiba e para a Região Metropolitana!

Imagino, deputado Neivo, que só há uma solução: criar uma CPI para tratar da Sanepar! Aí vamos atingir toda essa situação. Duvido que com 15 milhões de reais, uma empresa tenha feito o manejo da área para preparar para não termos as algas, para retirar os entulhos que estavam ali, esse lixo todo!

Estamos fazendo o nosso papel, vamos continuar cobrando, porque o povo de Curitiba, o povo da Região Metropolitana não podem continuar correndo o risco de se abastecerem com uma água, se o cidadão comum for lá e ver como é que se formou este lago e o que tem em torno deste lago, certamente ele vai pensar, não uma vez só, nem duas, e dizer que não vai tomar a água que chega até a torneira da sua casa. Aliás, não se recomenda a ninguém tomar mais água diretamente da torneira; ou ferve esta água, ou compra água mineral, porque para beber é um risco muito grande!

Quero parabenizá-lo e dizer que devemos contestar a afirmação desse diretor do Manicômio Judiciário, que deve ser uma pessoa que tem um cargo de confiança do Governo e que certamente não se podia esperar que ele fosse dar uma outra declaração à imprensa. Agora, fazer

a defesa desta forma e continuar abastecendo a cidade com a água que está vindo da represa do Iraí é um crime que se comete neste momento!

O SR. NEIVO BERARDIN

Gostaria de dizer a esse diretor que veio nos contestar, que nós patrocinamos o exame se ele quiser fazer, o mesmo exame, no mesmo laboratório. E que ele nos traga até quinta-feira, o mesmo resultado que estamos apresentando aqui!

Gostaria de dizer aos senhores deputados, que o Governo do Paraná contraiu 390 milhões de dólares do governo japonês para este programa Paranasan. O que acontece? Venderam parte da Sanepar, mudaram o estatuto, passaram as principais atribuições para esse Grupo Dominó, que está administrando o dinheiro com 100% de aval do Governo do Paraná! E ainda se estabelece uma tarifa mínima! O cidadão tem que pagar no mínimo 11m3 de água. Mas muita gente não consome 11m3!

Então, o pobre tem que pagar tarifa mínima; aquele que mora num apartamento e foi viajar 6 meses, 1 ano com o prédio fechado, tem que pagar tarifa mínima. Mas quem paga tarifa mínima é sempre a população menos favorecida pela sorte. A tarifa mínima, o ano passado, rendeu 60 milhões de reais. Sabe quanto a Sanepar investiu como retorno na área social deste dinheiro? Nove mil reais!

Tem uma empreiteira chamada Pavibraz, que fez um acordo extra-judicial de 2 milhões e 900 mil reais a serem pagas pela Sanepar com 300, 400 mil parcelas mensais. Por que fez esse acordo? O que é que está por traz deste acordo extra-judicial? Vocês imaginem quantas empresas prestam serviço para a Sanepar! E se a moda pega, o diretor vai lá e faz um acordo, como aconteceu com a água e o esgoto de Maringá, 26 milhões de dólares pagos, 43% do projeto realizado, 93 pago. E onde é que temos a resposta? O deputado Algaci Tulio colocou a idéia de uma CPI. Acho fundamental! Vamos continuar o trabalho na condição de CEI.

É impossível desconsiderarmos a importância que tem a Sanepar e a água que o povo bebe. É mais importante do que discutirmos esse prédio. A América Latina Logística é importante, sim, até porque comprou a Ferroeste e não comprou os vagões. Assinou um contrato com o governo e onde estão os vagões?

Vamos dar prioridade para essa questão que é a água. Não estou dizendo que o povo está bebendo uma água que não é recomendada; estou mostrando que coletei a água do córrego que vai para o Rio Iraí. Não é fantasia. É verdade.

Solicito a atenção de todos, porque é um assunto importante. É um assunto que não pode este Poder Legislativo ser desautorizado ou desmentido por um diretor de um órgão do Governo. Por que não veio o secretário de Estado da área ou o presidente da Sanepar para discordar? Baseado em quê ele discorda? Ele discordou!

Mas, está aqui. O tempo se encarrega de tudo.

Esse deputado procura ser o mais transparente possível nas suas ações. A Rede Globo de televisão é testemunha. Eu, que ajudei abrir as portas do Manicômio Judiciário para que a televisão entrasse e o jornal também. Filmaram e fotografaram. Agora vem o desmentido!

Quem nos levou lá, foram os funcionários do Manicômio Judiciário e do Aduato Botelho e eles têm nojo! Eles estão revoltados, porque estão tendo que receber, atender ordens de quem não mostra amor pelo seu Estado, pela sua gente e o respeito aos mais simples!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

PTB, Liderança do Governo, Liderança da Oposição.

(**Declinam**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Moisés Leônidas, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, acabo de ser comunicado pelo Cerimonial da Casa que o culto ecumênico que será realizado às 17h00, está tendo uma adesão de 26 entidades, religiões e será transferido da capela para o plenário.

Era este o comunicado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Aproveitamos a oportunidade, acho que todos receberam o convite para o culto ecumênico pela paz, a ser realizado logo após a Sessão, às 17h00 e como anunciou o deputado Neivo Berardin, foi transferido para o plenário.

Projetos de lei em número de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Senhor presidente, gostaria que a Mesa Executiva confirmasse a Sessão de amanhã, se haverá ou não lá na cidade de Paranaguá. Ouvi a informação que a reunião talvez tivesse algum tipo de adiamento. Gostaria de saber.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, peço pela ordem para fazer um comunicado à Casa. Há pouco conversávamos eu, os deputados Algaci Tulio, Antonio Anibelli e o deputado Hermas Brandão, e chegou-se à conclusão que, em virtude do episódio ocorrido lá em Paranaguá com o prefeito, embora a Assembléia não esteja convidada pelo prefeito mas sim pela Associação Industrial e Comercial, entendeu-se que seria melhor suspender a data de amanhã e remarcarmos um outro dia para irmos a Paranaguá, no momento que estiver resolvido este impasse do afastamento do seu prefeito.

Até porque algumas lideranças são favoráveis, outras não, então, como o município está vivendo este clima, entendemos por bem marcar outra data e apenas queria comunicar também que o deputado Hermas, como presidente da Casa, participou da conversa.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Então, fica cancelada esta Sessão, que seria realizada no município de Paranaguá.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 093/99, de autoria do deputado Beto Richa, que dispõe sobre o fundo de Prevenção, Repressão e Fiscalização de Entorpecentes. **(Publ. no DA nº 015/99, de 16.03.99)**

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Não está em discussão a votação, mas já foi requerida a chamada nominal e não se notando a presença de quórum, convido ao 1º secretário para que proceda à chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Sérgio Spada)
(Procede à chamada nominal)

Vinte e três (23) senhores deputados presentes.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Não há quórum para deliberação, somente para prosseguimento da Sessão.

Sobre a mesa, Requerimento nº 2969, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2979, de autoria do senhor deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2980 e 2981, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3000, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Senhor presidente, quero, com a sua permissão, comunicar à Casa, que acabo de receber de parte da assessoria da Mesa, oriunda do gabinete da Presidência, a informação vazada nos termos seguintes: "Face ao exposto e usando as atribuições conferidas a esta Presidência no intuito de ver prevalecer os princípios democráticos que norteiam esta Casa, conforme § 3º do artigo 124 do Regimento Interno desta Casa, devolvo o projeto de decreto legislativo, que propõe a edição do plebiscito ou a consulta do plebiscito aos seus autores, para que esteja adequado e organizado com as determinações regimentais dispostas no artigo 127 do mesmo Regimento."

Ora, mais uma vez, estamos tendo dupla interpretação do artigo 127 nesta Casa, inclusive o artigo 124. Não concordamos, já fizemos o protesto pela não aceitação em Sessões anteriores e não será uma decisão administrativa que retirará desta Casa e do povo do Paraná o direito de vir, ele próprio, decidir o seu futuro.

E o futuro do Paraná, senhor presidente, deputado Elio Rusch, em grande parte, será construído pela manutenção da Copel enquanto empresa pública. E entendendo dessa forma, comunico à Presidência, em nome da Bancada de Resistência à Venda da Copel, que entraremos na Justiça, porque discordamos do parecer aqui exarado e para que haja o acolhimento e que dê curso a sequência normal do projeto de decreto legislativo que acabo de receber.

Mesmo não tendo assinado... Acabo de receber a assinatura do senhor presidente no parecer.

Mas já sobre a assinatura dele, pesa uma futura ação com relação aqui à Casa; a Mesa acolha, e nós posamos tramitar.

Mais uma vez queremos dizer: o projeto de decreto legislativo não retira! Há um equívoco, e só o Judiciário para poder esclarecer à Mesa e à Procuradoria desta Casa, porque a edição do plebiscito não retira de forma alguma, e não contrapõe em relação ao que se propôs em relação ao projeto de iniciativa popular, porque ali sim, revogava a Lei 12355/98.

Aqui, este projeto, além de manter a lei, remete à consulta.

Não tive tempo suficiente, junto com os nossos companheiros, para fazer a leitura deste parecer que

acabo de receber, mas um dos seus parágrafos, diz o seguinte: “Mesmo diverso o instrumento decreto-legislativo, a matéria da proposição, além de ter o mesmo objetivo, guarda afinidade substancial com as proposições seguintes.”

Ora, dizer que o projeto de decreto legislativo, guarda similitude com o projeto de deputado Divanir Braz Palma, é, no mínimo, gozar com a consciência de quem consegue fazer a interpretação de um texto, porque o projeto do deputado Divanir Braz Palma, que é o Projeto 240/2001, diz: “Rejeitado pelo Plenário em 14/08, suspende a eficácia da lei 12355.” E dá outras providências.

Ora, ele suspendia por 90 dias!

Não estamos pedindo a suspensão da Lei 12355, e muito menos, revogando a Lei 12355. Portanto, não há similitude!

O Projeto 248 de Iniciativa Popular, rejeitado pelo Plenário desta Casa em 20/08, trata da alienação das ações da Copel e dá outras providências.

O Projeto 240, de iniciativa popular, rejeitava, revogava a Lei 12355.

Este projeto de decreto legislativo em nenhum momento revoga a Lei 12355. Portanto, com todo o respeito que tenho à Mesa, com todo o respeito que tenho à Casa, atitudes desse comportamento, acho que cada vez que vamos buscar a saída fora dos âmbitos do Legislativo; estamos nos diminuindo.

Até os partidos políticos hoje, resolvem os seus problemas *intra-corpus*, e estamos deixando de resolver um baseado no Regimento Interno. O Regimento é muito claro!

O artigo 127 diz que: “o projeto de lei ou qualquer proposição que foi rejeitado ou não sancionado, só poderá ser aceito pela Mesa, quando tiver 28 assinaturas.”

Nós não rejeitamos o projeto de proposta de plebiscito; ele apenas foi arquivado.

E não é um projeto que revogava a Lei 12355, que vai barrar o projeto de decreto legislativo, propondo a instalação de um plebiscito no Paraná, para analisar a venda da Copel.

Portanto, senhor presidente, não é com alegria, mas a Bancada de Resistência à Venda da Copel vai à Justiça buscar, fazer resguardar o direito da apresentação e o respeito ao Regimento Interno.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 093/99; 307/2001; 311/2000; 316/2001 e do Projeto de Resolução nº 023/2001.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 031/99 e 204/2000.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 201 e 314/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 284, 342/2000; 101, 213, 350, 353, 360 e 365/2001.

Levanta-se a Sessão.